

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

IPVA

O prazo para pagamento do IPVA 2025 no Estado de Mato Grosso começa neste mês de abril para os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6 e 7. Os contribuintes podem optar pelo pagamento à vista, com descontos progressivos de 5% ou 3%, ou parcelar o imposto em até oito vezes consecutivas.

FINAIS 5, 6 E 7

O calendário de vencimentos deste ano foi organizado de acordo com o final da placa. Para terminadas em 5, 6 e 7, o desconto de 5% será concedido até quinta-feira, dia 10 de abril. Já o desconto de 3% estará disponível até 22 de abril. O prazo final para pagamento integral, sem desconto, ou da primeira parcela é 30 de abril.

CALENDÁRIO

Veículos com placas de finais 8, 9 e 0 terão desconto de 5% até 12 de maio e de 3% até 20 de maio. Proprietários de veículos com placas terminadas em 1, 2, 3 e 4 que não pagaram o IPVA em março perderam o direito ao desconto. Os valores agora estão sujeitos à cobrança de juros e multa por atraso, mas ainda podem ser parcelados em até seis vezes.

Desconto do Nota MT

Participantes do programa Nota MT também podem obter abatimento adicional no IPVA. Os pontos acumulados podem ser utilizados para desconto de até R\$ 700, valor que pode ser somado aos descontos previstos no calendário. Para isso, é necessário acessar o site ou aplicativo do Nota MT e resgatar os pontos antes de emitir a guia de pagamento. Após a confirmação da aplicação do desconto, só escolher a forma de pagamento.

ARTIGO//

Financiamento rural e a reforma tributária

Os **FIAGROs** são os **Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais**. Criados em 2021, são ativos de investimento do agronegócio, seja de natureza imobiliária rural ou de atividades relacionadas ao setor. O **FIAGRO** acabou se tornando uma fonte alternativa de financiamento para o produtor rural, de modo a não depender exclusivamente dos bancos e do Plano Safra. Entretanto, em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a **Lei Complementar 214/2025* que regulamenta a reforma tributária, mas vetou trechos que previam a isenção de tributos para os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (**FIAGROs**) e para os Fundos de Investimento Imobiliário (**FIIs**). Esses trechos isentariam tais fundos da Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**) e do Imposto sobre Bens e Serviços (**IBS**). A justificativa do governo para o veto foi a ausência de autorização constitucional para que esses fundos não fossem considerados contribuintes do **IBS** e da **CBS**. Isso pode impactar diretamente o crédito para os produtores rurais. É uma insensatez e ilógico o que o presidente fez. Os **FIAGROs** são fundos onde as pessoas podem investir e que funcionam como fontes de financiamento para o agronegócio. No mundo inteiro, os fundos já são mais representativos do que os bancos. Esse tipo de fundo tem crescido bastante, pois permite também que investidores urbanos participem do setor

agroindustrial, aproveitando o potencial do agronegócio brasileiro. O Brasil conta com cinco grandes bancos e cooperativas de crédito, além de seis linhas de crédito disponíveis para o agronegócio. Há também o Plano Safra, que atende apenas uma pequena parte da produção. Dessa forma, os agricultores ficam nas mãos desses bancos e frequentemente enfrentam desafios para a concessão de crédito, tornando-se dependentes das instituições financeiras, que impõem taxas, garantias e burocracias muitas vezes incompatíveis com a realidade do setor. Prova maior da importância de financiamentos alternativos é a notícia da suspensão do Plano Safra. O Tesouro Nacional decidiu suspender novas contratações destas linhas de financiamento 2024/2025. A medida vale a partir de 21 de fevereiro. O Governo, sempre correndo para remediar ao invés de prevenir, editou a MP 1.289/2025 liberando 4,17 BI, para conter a pressão do segmento. Ainda sim, é insuficiente para o que o setor demanda de fomento. Os fundos representam um novo universo, uma nova possibilidade de financiamento com juros menores, pois, muitas vezes, esse capital vem do exterior. Os investidores estrangeiros não estão acostumados com os juros elevados do Brasil e, portanto, taxas mais baixas já são atrativas para eles. O **FIAGRO** é exatamente isso: uma fonte de financiamento. Além de financiar o campo, atualmente beneficia cerca de 600.000 investidores. No momento, o **FIAGRO** só paga imposto se houver mais de 100 cotistas no fundo, não sendo tributado pelo Imposto de Renda. Caso tenha menos de 100 cotistas, há a incidência de 15% de Imposto de Renda, cobrado apenas no momento do resgate do resultado pelo cotista. Além disso, o **FIAGRO** não paga **PIS**, **COFINS** ou **ISS**.

Contudo, com esse veto presidencial, os **FIAGROs** passarão a pagar os tributos previstos na reforma tributária, especificamente o **IBS** e a **CBS**. Isso significa uma alíquota de até 28,5%, o que inviabilizará completamente esses fundos. É importante lembrar que a logística no Brasil é muito cara, os produtores gastam muito com transporte, e os custos trabalhistas e tributários são elevados. Agora, o governo tenta transferir mais essa responsabilidade para o produtor. Vale ressaltar, mais uma vez, que quanto mais difícil para a vida do produtor, mais difícil será a vida do consumidor, que verá o impacto nos preços dos produtos agropecuários nas prateleiras dos supermercados. A nossa expectativa é que a Frente Parlamentar da Agropecuária (**FPA**) manifeste firmemente sua discordância com o veto e atue no Congresso Nacional para derrubá-lo. A tributação desses fundos compromete a competitividade do setor, aumenta os custos para os produtores, reduz a oferta de crédito no agronegócio e, por consequência, eleva os preços dos alimentos para o consumidor final.

Eduardo Berbigier é advogado tributarista, especialista em Agronegócio



FOTO: DIVULGAÇÃO

EXECUTIVO ASSINA DECRETO DE CESSÃO DE ÁREA PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA VIVER DE NOVO

Nesta manhã desta segunda-feira, 7, aconteceu um momento ímpar para a Comunidade Terapêutica Viver de Novo. Em reunião em que estavam representantes da entidade, o prefeito Vander Masson assinou Decreto de Concessão de Permissão de Uso de Bem Público (cessão de área) à entidade.

O reconhecimento é em razão de relevantes serviços prestados à comunidade que lida com dependentes químicos. Atualmente a instituição conta com três casas, sendo uma delas para o público feminino.

Presente ao momento esteve também o vereador Romer Japônês, que buscou intermediar a documentação. “São dois anos de luta que a gente vem tentando essa cessão de área e que neste segundo mandato do prefeito Vander Masson acaba de acontecer”, informa Romer, ao destacar a importância da entidade que já atua no município há 12 anos.

No oportunidade o prefeito Vander disse que esse é o início de um processo de fortalecimento, de amadurecimento e de interação. “Quero dizer para a população que

esse é um pontapé inicial para resolução de alguns problemas terapêuticos que nós temos na área urbana do município”, resalta o gestor municipal. “Com isso, o município ajuda a comunidade terapêutica e a entidade com certeza, irá em parceria com o Gabinete de Gestão Integrada (**GGI**) buscar alternativas para ajudar nesse problema que enfrentamos no município”.

A área pública cedida mede 73 metros por 45 metros e está situada em área verde da Quadra 18, no Jardim Vale do Sol. “Vai ser muito importante para o auxílio dos dependentes químicos e das pessoas que passam por esse problema”, salienta Junior Pizzatto, um dos dirigentes da instituição.